

Perda de foco

Rogério L. Furquim Werneck*

Com o País já a 90 dias da eleição presidencial, é pouco provável que ainda haja tempo para a campanha eleitoral permitir contraposição séria de idéias e propostas. Por enquanto, entre evasivas, frases de efeito, trivialidades e arroubos de escancarada demagogia, não há muito a se salvar no discurso dos candidatos. Combinado com o acirramento da campanha, esse vazio de idéias parece estar afetando o próprio debate econômico que vem sendo travado à margem da eleição. O descaminho da discussão sobre contas públicas é especialmente preocupante. Certas análises que têm aflorado na mídia parecem ter perdido o foco correto da questão fiscal e da agenda que deveria estar ocupando o centro das atenções no debate eleitoral.

Discutir se está ou não havendo “farra fiscal” no final governo Lula parece irresistível. Mas é improvável que colocada nesses termos, a discussão consiga lançar luz sobre a natureza do ajuste fiscal que hoje se faz necessário. É bem verdade que, a se julgar pela evolução do superávit primário, a política fiscal foi bastante afrouxada desde meados do ano passado. Mas o governo parece pronto a argüir que tal relaxamento está longe de caracterizar um quadro de “farra fiscal”. E não faltará quem alegue que é mais do que natural que o dispêndio público flutue em alguma medida ao sabor do ciclo político, mostrando-se mais elevado em anos eleitorais. Não só no Brasil, como alhures.

Não é da avaliação estreita da política fiscal dos últimos doze meses, ou mesmo dos três anos e meio do governo Lula, que se poderá extrair a medida correta da deterioração do quadro fiscal do País. O ângulo adequado exige perspectiva de prazo mais longo. O que os dados mostram, quando se comparam as contas públicas do período que antecedeu ao Plano Real com as do período mais recente, é que há doze anos a sociedade brasileira vem complacentemente sancionando um processo de expansão acelerada de gastos primários que não parece ter fim.

Contrapondo-se valores médios de 1991-93 com os dados de 2005, constata-se que a carga tributária bruta da economia brasileira passou de 25,6% produto interno bruto (PIB) para pelo menos 37% do PIB no período. Esse aprofundamento de extração fiscal, correspondente a estonteantes 11,4 pontos percentuais do PIB, permitiu que os gastos primários dos três níveis de governo aumentassem de 9,1 pontos percentuais do PIB no mesmo período, saltando de 23,9% do PIB em 1991-93 para 33% do PIB em 2005. Quando os dados de 2006 estiverem disponíveis, é bem provável que o aumento de gastos primários observado nos últimos 13 anos ultrapasse a marca dos 10 pontos percentuais do PIB.

Essa é a verdadeira “farra fiscal” que deveria estar horrorizando o eleitorado e mobilizando os candidatos. Já atravessou três mandatos presidenciais e precisa ser urgentemente contida e revertida. Os petistas podem estar até tentados a defender que, nessa história, têm menos culpa no cartório do que os tucanos, já que a maior parte dessa expansão desenfreada de gastos primários ocorreu durante os dois mandatos de FHC. A alegação envolveria distorção dos fatos. É bom lembrar que, no segundo mandato de FHC, o PT liderou no Congresso cego e sistemático bloqueio de medidas de contenção de gastos e ajudou a empurrar o esforço de ajuste fiscal para o caminho fácil do aumento de carga tributária.

É dessa perspectiva mais ampla da deterioração das contas públicas, que a “farra fiscal” eleitoreira a que alegremente se entregou agora o governo Lula parece alarmante, especialmente quando se tem em conta o folgado favoritismo do presidente nas pesquisas de intenção de votos. No segundo semestre do ano passado ainda havia esperança de que prevalecessem no governo as vozes que alertavam para a necessidade de um ajuste fiscal de longo prazo. É mais do que sabido, contudo, que essa idéia não sobreviveu ao intenso bombardeio a que foi submetida dentro do governo. E o pior é que, desde então, os principais responsáveis por esse bombardeio apossaram-se da cúpula decisória do Planalto e da Fazenda.

Já não resta espaço, portanto, para ilusões acerca do que poderá ser a política fiscal a partir de 2007, caso Lula seja reeleito. É difícil que o governo tenha tripulação e convicção para levar adiante a agenda fiscal que hoje se faz necessária.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.